

Resumo de notícias econômicas

26 de julho de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 139

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA:

26 DE JULHO DE 2021

10 de 13 setores da indústria retomam nível pré-pandemia

O Estado de S. Paulo

De 13 dos principais setores da indústria brasileira, 10 já retomaram ou superaram os níveis de atividade que exibiam antes da covid-19. A produção de cimento está 22% acima de 2019. No setor de papel, o crescimento é de 15% e no de plásticos, de 7,9%. A expectativa é que esses setores possam seguir acelerando. Mas há barreiras. A maior preocupação é que uma nova cepa do vírus obrigue governos a adotar medidas de isolamento, o que poderia ter efeito direto na recuperação da economia. Há a pressão de custos de matérias-primas e de energia elétrica, desemprego e falta de componentes para a produção em alguns setores. O aumento dos juros, que muda o investimento das empresas e a do consumidor em se financiar.

Entre 13 dos mais importantes setores da indústria brasileira, 10 já retomaram ou superaram, nesta metade do ano, níveis de atividade que exibiam antes da chegada da covid-19 ao País. A produção de cimento, por exemplo, está 22% superior ao que registrava em 2019. No setor de papel, o crescimento é de 15% e no de plásticos, de 7,9%. A expectativa é que esses setores possam seguir acelerando, ancorados, principalmente, no avanço da vacinação, que pode elevar o consumo. Mas há algumas barreiras a serem superadas para que isso aconteça.

A maior preocupação é que uma nova cepa do vírus obrigue governos a adotarem medidas de isolamento, o que poderia ter efeito direto na esperada recuperação da economia. Mas há também os desafios da pressão de custos de matérias-primas e de energia elétrica, juros mais altos, desemprego e falta de componentes para a produção em alguns setores.

Pedro Renault, economista do Itaú Unibanco, diz que a tendência para o segundo semestre é de “normalização”, embora não plena, em vários segmentos. Para ele, parte da indústria está com atividade aquecida mais em razão de reposição de estoques do que por crescimento da demanda. Segundo ele, o consumo de bens duráveis, por exemplo, tende a diminuir em segmentos como o de eletroeletrônicos. Renault alerta

para o aumento dos juros, que muda a capacidade de investimento das empresas e a do consumidor em se financiar. “Isso tende a tirar um estímulo da economia que está presente agora.” A taxa Selic está hoje em 4,25% ao ano. A projeção do Banco Central no boletim Focus é de que termine o ano a 6,75%.

Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), vê um cenário positivo, “mas não dourado”, para o segundo semestre. Para ele, há vários obstáculos, como a alta do preço da energia, que deverá ser repassada às mercadorias. “A energia corrói parcela significativa da renda do consumidor e sobra menos para o consumo.”

Levantamento feito pelo Itaú Unibanco indica que entre os setores com desempenho acima do período pré-pandemia está o siderúrgico – com boa parte da demanda vinda da construção civil –, e o de embalagens que, por sua vez, movimenta a indústria de papel. Na área da siderurgia, a produção de aço bruto cresceu 4% na primeira metade do ano na comparação com igual período de 2019, com um total de 18 milhões de toneladas. Em 2020, com muitos fornos desligados nos primeiros meses da crise, foram produzidas 14,6 milhões de toneladas.

A indústria de papel aumentou sua produção em 15% no primeiro semestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2019, numa soma de 1,99 milhão de toneladas, de acordo com dados da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). Parcela importante da demanda veio do crescimento de compras pelo e-commerce e do delivery de alimentos.

O setor automotivo está distante em retomar a atividade. A produção de veículos está 21,8% abaixo dos números de 2019, com 1,15 milhão de unidades até junho. Renault, do Itaú Unibanco, pondera que a demanda por veículos está aquecida, mas há um gargalo no fornecimento de semicondutores que tem levado várias montadoras a interromperem a produção. Com isso, faltam veículos nas revendas. O modelo mais vendido no País, a picape Fiat Strada, tem fila de espera de três meses. Segundo o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, entre 100 mil a 120 mil veículos deixaram de ser produzidos no primeiro semestre por causa da escassez de itens eletrônicos, o que ajuda a retardar a recuperação do setor. “Trabalhamos com três anos, para voltarmos aos patamares de 2019.” A Associação Brasileira das Locadoras (Abla)

diz que o setor pretendia comprar 800 mil veículos novos em 2021. A entidade acredita que no máximo 50% desse potencial será realizado, com compras entre 380 mil a 400 mil veículos.

Outro setor que enfrenta esse tipo de escassez, é o de eletroeletrônicos. Em junho, segundo a Abinee, 46% das empresas relataram dificuldades em obter componentes eletrônicos vindos da Ásia, porcentual que chegou a 58% em abril. Ainda assim, de janeiro a maio o setor melhorou em 1,8% seu índice de produção ante igual período de 2019.

No varejo, perdas de R\$ 873 bi

Broadcast

Fora da área industrial, um setor com elevadas perdas desde o início da pandemia é o comércio varejista. Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), calcula em R\$ 873,4 bilhões a perda acumulada de fevereiro de 2020 a maio deste ano. Ele ressalta que há discrepância entre segmentos, com supermercados, produtos alimentícios e bebidas, por exemplo, avançando na pandemia, e segmentos como equipamentos e materiais para escritório e informática, tecidos, vestuário e calçados apresentando perdas significativas.

As vendas online, por outro lado, se destacaram. Para Pedro Renault, economista do Itaú Unibanco, o e-commerce “ganhou uma participação que não vai devolver mesmo após a pandemia”. Esse tipo de venda puxou também a logística que, antes, atuava com grandes centros de distribuição em galpões fora dos centros urbanos. “Agora, as empresas buscam terrenos dentro das cidades e atuam com o chamado ‘last mile’, que é a entrega com um caminhãozinho na porta do cliente.” A previsão da CNC é que o varejo, tenha uma alta de 4,5% nas vendas este ano. Mas Bentes ressalta que o aumento é sobre uma base fraca.

A consultoria Deloitte avalia que, até outubro, o cenário econômico do País seja mais positivo, com retomada acentuada de várias atividades e número maior de pessoas vacinadas. A expectativa é de que alguns setores, como o de turismo e eventos, devem voltar lentamente, pois há demanda reprimida. “Só que o nível de endividamento de várias empresas cresceu”, diz Giovanni Cordeiro, economista da Deloitte. Segundo ele,

relatório do Banco de Compensações Internacionais (BIS) prevê que empresas de mercados emergentes fortemente afetadas pela crise vão levar cerca de dois anos para pagar suas dívidas. Para as empresas do Brasil, o BIS calcula que as mais endividadas terão de dedicar 45% do lucro líquido para sanar seus débitos. Na opinião de Cordeiro, haverá um movimento de ajustes, pois muitas empresas não vão conseguir se recuperar, até porque a taxa de desemprego no País permanece em alta, subtraindo o poder de compra da população.

PIB pode crescer 1,6% com redução de IR para empresas

Broadcast

Se aprovada neste ano, a reforma do Imposto de Renda pode gerar alta de 1,6% no Produto Interno Bruto (PIB) até o final de 2023 e cobrir o rombo estimado de R\$ 30 bilhões na queda da arrecadação, aponta estudo do Centro de Liderança Política (CLP). Os cálculos levam em consideração o desenho apresentado pelo relator do projeto, deputado Celso Sabino, que prevê uma redução de 12,5 pontos percentuais da alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) combinada com a volta de tributação da distribuição de lucros e dividendos a uma alíquota de 20%. O CLP resolveu fazer o estudo depois da divulgação do parecer prevendo o buraco de R\$ 30 bilhões da arrecadação do imposto, sem a contrapartida de medidas de cortes de renúncias que poderiam aumentar as receitas do governo. A aposta do relator foi a de que a reforma iria promover um crescimento e levar à elevação da arrecadação, zerando o rombo e reforçando o caixa do governo, afastando o risco de aumento do déficit das contas públicas.

“Queríamos entender que tipo de decisão é essa”, diz Tadeu Barros, diretor de operações do CLP, uma organização suprapartidária que trabalha para desenvolver líderes públicos capazes de enfrentar os problemas mais urgentes do País. O ponto de partida foi o de que as mudanças de impostos das empresas costumam ter efeitos sobre outras variáveis da economia, especialmente o investimento privado.

Em 2023, quando a queda total da alíquota prevista estará concluída, a perda de arrecadação do IRPJ foi estimada no estudo em R\$ 95 bilhões (menor um pouco do que a estimativa do governo; veja ao lado). Segundo o economista Daniel Duque, chefe da

área de inteligência técnica do CLP, mesmo que as empresas estejam com mais R\$ 95 bilhões por ano em caixa, não há garantia de que investirão mais. Mas, observa ele, com a taxação de dividendos, a queda no IRPJ tende a levar, de fato, a maiores investimentos privados, ao desestimular a divisão dos lucros com os acionistas.

As simulações foram feitas considerando a hipótese de que pelo menos 20% dos R\$ 95 bilhões de incremento de caixa nas empresas seriam redirecionados para investimentos, em razão do estímulo à retenção de lucros pela nova taxação. Com esse movimento, o investimento privado aumentaria cerca de 2 pontos, passando de 13,8% para 14% do Produto Interno Bruto (PIB). Haveria também um aumento de R\$ 34 bilhões na arrecadação, o que neutralizaria o impacto da reforma. O cálculo de 20% teve como base comportamento das empresas depois de um dos maiores aumentos na alíquota do imposto sobre dividendos no mundo – na França, em 2013, de 15,5% para 46%. Na época, as empresas francesas afetadas pela mudança reduziram substancialmente os pagamentos de dividendos, o que levou a maiores investimentos e vendas.

Para cada aumento de 1% na taxa de imposto sobre dividendos, os empresários franceses aumentaram seu investimento em 0,4%. O aumento no investimento e a expansão do crédito ajudaram as empresas a crescerem mais rapidamente.

Temos de passar a faca no Sistema S para o jovem carente

O Estado de S. Paulo

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu ontem a transferência de R\$ 6 bilhões do Sistema S ao programa de qualificação profissional que está sendo formulado pelo governo para jovens de baixa renda. “Está na hora de o Sistema S ajudar. Temos um sistema que tem bilhões de reais em caixa, tem bilhões de reais em imóveis. É inaceitável esse sistema não aceitar contribuir”, disse o secretário durante live do jornal Valor Econômico. O Sistema S, complementou Sachsida, arrecada por volta de R\$ 20 bilhões por ano. “Estou pedindo R\$ 6 bilhões deles. Minha posição é muito firme: nós temos de passar a faca no Sistema S, tem de tirar dinheiro deles para passar para o jovem carente”, frisou o secretário. O Sistema S é um conjunto de entidades administradas por associações patronais voltadas para o treinamento profissional.

Antes de assumir o cargo, o ministro Paulo Guedes prometeu “meter a faca” nos recursos do Sistema S. A uma plateia de empresários, o então futuro ministro da Economia disse, em dezembro de 2018, que, com “interlocutor bom, corta 30%; se não, corta 50%”. Agora, a ideia do governo é dar uma bolsa de R\$ 550 para jovens de baixa renda e trabalhadores informais fazerem cursos de especialização, com R\$ 275 pagos pelo Sistema S e a outra metade pela empresa. Sem o programa, Sachsida disse que jovens de baixa renda não vão conseguir voltar ao mercado de trabalho. “Se o Sistema S não contribuir, está condenando uma geração de jovens pobres”, afirmou. “Tenho certeza de que o Sistema S vai pensar melhor e decidir contribuir”, acrescentou o secretário, moderando a declaração. Sachsida ponderou, no entanto, que a cobrança feita hoje ao Sistema S não significa que o governo deixará de levar o programa adiante se não tiver recursos do sistema.

Os dirigentes das grandes confederações empresariais entraram em campo para barrar o corte de 30% nos recursos das entidades do Sistema S para financiar o programa. O presidente da CNI, Robson Andrade, que tem o Sesi e Senai, disse que o Sistema S não aguenta o corte de 30% dos recursos. Segundo ele, todos foram surpreendidos porque estava sendo negociado um acordo com Guedes de um repasse “espontâneo” de R\$ 2 bilhões de todo o sistema em 2022, como se fosse uma bolsa para o aluno “comprar um computador, pegar um ônibus, fazer um almoço”. “Mas a gente faria isso de maneira espontânea e analisando com o ministério onde estão as pessoas mais vulneráveis”, diz Andrade. A CNI disse que o Senai participa de três programas federais com foco na inserção de jovens no mercado de trabalho e no aumento da produtividade de empresas: o Emprega Mais, o Brasil Mais e o Aprendizagem 4.0. O presidente do Sebrae, Carlos Melles, afirmou que, nas conversas com Guedes, o ministro não falou do corte de 30% dos recursos. “Não posso acreditar que tenha vindo dele a proposta é desastroso.”

O avanço da inflação de 12 meses

Broadcast

A inflação acumulada de 12 meses, há algum tempo acima do limite de tolerância da política de meta inflacionária, continua a subir. Fatores que poderiam contribuir para

reduzir a alta em julho não estão tendo o efeito esperado e outros, cuja pressão sobre o índice de preços era previsível, estão mostrando força.

Assim, o IPCA-15 do IBGE – baseado nos preços coletados entre 15 de junho e 13 de julho, como antecipação da variação de todo o mês – foi de 0,72%. A variação é 0,11 ponto percentual menor do que a de junho (0,83%). Mas é a maior para o mês de julho desde 2004 e suficiente para elevar o acumulado de 12 meses para 8,59% (em junho, o acumulado fora de 8,13%). A inflação anualizada tem estado acima da meta fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. A meta para este ano é de 4,0%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

Dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o índice inflacionário do IBGE, sete tiveram alta de preços em julho. O que teve maior impacto sobre a variação do período foi o grupo Habitação. Nesse grupo, a maior influência foi da energia elétrica, com alta de 4,79% no mês. Em junho, com aumento de 3,85%, a energia elétrica já havia pressionado o IPCA-15. Outros itens ligados à energia também tiveram alta expressiva no mês: gás de botijão subiu 3,89% e gás encanado teve alta de 2,79%.

Os preços do grupo Alimentação e bebidas, que tiveram forte efeito sobre a inflação até o início deste ano, agora têm variação mais contida. No IPCA-15 de julho, subiram 0,49%, contribuindo com 0,10 ponto para a variação agregada do mês.

O resultado do IPCA-15 teve a pressão conjunta dos preços dos bens industriais e dos serviços. Embora os preços de produtos industriais tenham desacelerado (subiram 0,70%, ante 1,04% em junho), continuam a pressionar o IPCA. Prevvia-se redução mais intensa.

Já a alta dos serviços passou de 0,30% em junho para 0,71% em julho. A retomada das atividades presenciais, predominantes em vários segmentos dos serviços, deve aumentar a pressão sobre os preços. O resultado do índice agregado reforça as previsões de que a inflação do ano deve ficar próxima de 7%.

Prévia da inflação vai a 0,72% em julho e indica novo recorde

O Estado de S. Paulo

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA15), uma prévia do indicador oficial de inflação, avançou 0,72% em julho, maior variação para o mês desde

2004, informou, ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, a alta é de 8,59%. Como esperado, a conta de luz, mais cara por causa da crise hídrica, foi a principal vilã, mas especialistas chamaram a atenção para a pressão dos serviços. Para analistas, o IPCA-15 de julho indica para uma inflação mais elevada e pode levar o Banco Central (BC) a elevar o ritmo de alta na taxa básica de juros (Selic, hoje em 4,25%).

Segundo o economista Leonardo França Costa, do ASA Investments, em meio ao avanço da vacinação contra a covid-19, era esperada a recomposição dos preços de serviços, mas havia dúvida se esse movimento ocorreria em um momento em que os bens industriais, pressionados pelo dólar e pelo encarecimento de insumos, passariam por um alívio. “O que o IPCA-15 (de julho) mostrou é que vai ser junto. Foi horroroso”, diz França Costa, acrescentando que a projeção do banco para o IPCA deste ano, de 6,20%, tem viés de alta.

O IBGE não calcula um agregado dos preços de serviços no IPCA-15 – apenas nas leituras dos meses fechados no IPCA –, mas, nas contas do Banco BV, eles ficaram 0,71% mais caros em julho ante 0,30% em junho. Para Raphael Rodrigues, economista do Banco BV, parece que os problemas da cadeia industrial – como a falta e o encarecimento de insumos – deverão demorar mais a se resolver do que a normalização do setor de serviços.

Desde que começou a subir a Selic, em março, o BC fez três altas de 0,75 ponto porcentual. Rodrigues ainda espera nova alta de 0,75 ponto na próxima reunião do Copom do BC, em agosto, mas outros analistas já veem razões para uma elevação de 1,0 ponto.

A energia elétrica ficou 4,79% mais cara, contribuindo com 0,21 ponto da alta de 0,72% no agregado. A gasolina subiu 0,50% em julho e acumula alta de 40,32% em 12 meses. As passagens aéreas ficaram 35,64% mais caras, ante a queda de 5,63% registrada na leitura de junho. Já os preços da alimentação subiram 0,49%, com destaque para o leite longa vida (4,09%), o frango em pedaços (3,09%), as carnes (1,74%) e o pão francês (1,81%). Alguns itens com deflação evitaram uma alta maior: permanecem em queda os preços da cebola (-15,94%), da batata-inglesa (14,77%), das frutas (-1,33%) e do arroz (-1,14%).

Setores fazem pressão por volta do horário de verão

Folha de São Paulo

Dois anos após ser extinto pelo presidente Bolsonaro, o horário de verão volta a ser debatido como forma de poupar energia diante da crise hídrica enfrentada pelo País. Para os especialistas ouvidos pelo Estadão/broadcast, o mecanismo pode atenuar um pouco o consumo de energia e aliviar o bolso dos consumidores, que pagam cada vez mais pela energia. Estimativa aponta que o consumidor poderia poupar R\$ 500 milhões com a adoção da medida.

Criado com a finalidade de aproveitar o maior período de luz solar durante a época mais quente do ano, o horário de verão foi instituído no Brasil em 1931 pelo então presidente Getúlio Vargas e adotado em caráter permanente a partir de 2008. No entanto, mudanças nos hábitos do consumidor e avanço da tecnologia reduziram a relevância da economia de energia ao longo dos anos. Esse foi o argumento usado pelo governo para extinguir a medida, em abril de 2019.

À época, estudo do Ministério de Minas e Energia apontou que não havia economia de energia tão relevante. Isso porque, como o calor é mais intenso no fim da manhã e início da tarde, os picos de consumo aumentam nesse horário durante o verão, o que leva as pessoas a usarem mais o ar-condicionado. Na ocasião, o então presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, afirmou que, pelo motivo de a economia de energia ser pequena, não seria um grande problema extinguir a medida para o setor elétrico. Dois anos depois, Barata defende que a mudança nos relógios volte a ser analisada pelo governo.

Bares e restaurantes. Para Cláudio Frischtak, sócio da consultoria financeira Inter.B, a decisão do governo foi “arbitrária”, e não considerou o impacto do horário de verão em demais áreas, como no índice de criminalidade e para segmentos da economia que dependem da presença de público para faturamento, como bares e restaurantes. O setor estima que a volta do horário de verão pode dobrar o faturamento no período da noite, horário de maior movimentação de clientes por conta do “happy hour”. A estimativa é da Associação Brasileira

O valor poupado com o horário de verão em 2016 foi equivalente a R\$ 159 milhões – bem mais baixo do que o de 2013 (R\$ 405 milhões). Entre 2018 e 2019, o resultado ficou perto da neutralidade de Bares e Restaurantes (Abrasel) que, em parceria com outras entidades empresariais, pleiteia a retomada do mecanismo após amargarem prejuízos com pandemia.

O pedido foi apresentado no início deste mês, mas o único retorno até o momento é que foi encaminhado para análise dos ministérios do Turismo e de Minas e Energia. “Qualquer economia, do ponto de vista de energia, seria positiva nesse momento, da mesma forma para o nosso setor. Mesmo de portas abertas, ainda temos mais da metade das empresas operando com prejuízos”, afirma o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci. Segundo dados da associação, hoje 64% das empresas dizem ter pagamentos em atraso.

Ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e professor da UFRJ, Maurício Tolmasquim defende a volta do horário de verão, mesmo que seja apenas neste ano. “Naquela uma hora a mais de luz do sol se economiza um pouco de energia. É pouco, mas é uma economia. Em condições normais, pode-se discutir as vantagens e desvantagens de ter essa mudança, mas, quando estamos acionando térmicas caríssimas e o governo negociando com a indústria para deslocar o consumo, cada megawatt economizado é importante”, disse.

O Ministério de Minas e Energia afirmou, em nota, que a contribuição do horário de verão é “limitada”. “No momento, não identificamos que a aplicação do horário de verão traga benefícios para redução da demanda”, diz a nota.

Exportações do agronegócio sobem 20,9% no 1º semestre

Broadcast

As exportações do agronegócio registraram alta de 20,9% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, passando de US\$ 50,9 bilhões para US\$ 61,5 bilhões, informou ontem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A soja segue como o principal produto de exportação do setor, com alta de 25,3% em valor de janeiro a junho, apesar da queda de 2,2% em quantidade.

A China manteve a posição de principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, com 39% das exportações em valor no período, seguida por União Europeia (14,5%) e Estados Unidos (6,4%). Juntos, eles respondem por quase 60% do total exportado pelo Brasil.

“Os exportadores brasileiros começaram a sentir, em junho, a recuperação parcial dos preços médios das exportações da maior parte dos produtos do agronegócio, com destaque para a carne bovina, a soja e o milho”, avaliou a pesquisadora associada do Ipea e uma das autoras do estudo, Ana Cecília Kreter.

O Ipea destaca que o preço médio recebido em junho, entre as commodities analisadas, ainda se encontra abaixo das máximas históricas registradas no início da década passada. Segundo o instituto, os preços médios de quase todas as commodities agrícolas tiveram queda nos dois últimos anos. Entretanto, houve forte recuperação nos preços no mercado internacional a partir do segundo semestre de 2020. “A partir deste ano, as remunerações em dólar das exportações brasileiras começaram a refletir a alta dos preços, culminando, em junho, com máximas recentes na maioria dos principais produtos exportados”, informou o Ipea.

O aumento da demanda mundial por soja e milho vem contribuindo para o crescimento da produção a cada safra, principalmente no Brasil. O que se observa, no entanto, ressalta o Ipea, é que os estoques de soja e milho estão cada vez mais baixos. “E boa parte desses estoques se encontra em território chinês”, explica Ana Kreter.

Apesar disso, dos dois grãos analisados, a soja é o único item na China cujos estoques e produção não atendem à demanda doméstica, o que sinaliza uma boa perspectiva para o produtor rural brasileiro que começa a planejar a safra 2021/2022. Já o crescimento de vendas de carnes (bovina, suína e de frango), que avançou 25,3% em valor e 17,3% em volume no primeiro semestre de 2021 frente 2020, foi impulsionado pela carne suína. “O Brasil vem exportando cada vez mais essa proteína desde 2018, em decorrência da Peste Suína Africana, que afetou a competitividade em produtores concorrentes”, destaca o Ipea.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA - FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP